

**Belo Horizonte 08 de abril de 2015**

TEL: (31) 2101-3927
FAX: (31) 2101-3950
Editores: Karlon Aredes
karlon@otempo.com.br
e-mail: economia@otempo.com.br
twitter: http://twitter.com/OTEMPOeconomia
Atendimento ao assinante: 2101-3838

**Dólar**

Valores em R\$

	comercial	paralelo	turismo
COMPRA	3,122	3,22	3,173
VENDA	3,123	3,32	3,257

07/04/2015

**Ouro**

07/04/2015

122,80

**Euro**

3,38

**Bovespa**

0,02%

Pontos

53.729

O TEMPO Belo Horizonte
QUARTA-FEIRA, 8 DE ABRIL DE 2015

9

Economia

FONTE: DIAP

Câmara aprova urgência para PL 4.330; votação será quarta (8)

Previsível, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou, nesta terça-feira (7), por 316 votos favoráveis, 166 contrários e três abstenções, a urgência do projeto que regulamenta a terceirização na iniciativa privada e nas empresas públicas e de economia mista (PL 4.330/04). A proposta, que amplia a terceirização para todas as áreas de uma empresa, começará a ser discutida nesta quarta-feira (8), às 11h30, e deve ir a voto à noite.

A aprovação da urgência indica que o projeto também vai ser aprovado, com folga, pois necessita apenas de maioria simples, cerca de 130 votos favoráveis.

Interesses do governo

As negociações sobre o projeto dominaram a agenda desta terça-feira. O relator da proposta, deputado Arthur Oliveira Maia (SD-BA), fez ajustes no texto a pedido do ministro da Fazenda, Joaquim Levy.

Ele repassou para empresas contratantes a responsabilidade do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e de outros tributos. Também mudou o texto para impedir que uma empresa terceirize mão de obra de firmas que tenham, entre os donos, familiares ou empregados da contratante.

Grande contratante de trabalhadores terceirizados, o governo interveio apenas para defender seus interesses. Essa posição de certa "neutralidade" fragiliza a posição dos que são contrários ao projeto.

Benção patronal

A proposta teve o aval do presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, que esteve na Câmara para defender a aprovação. Skaf disse que a terceirização já é uma realidade e caminha na tendência de especialização do mercado.

"Terceirização está ligada à especialização. Uma empresa da construção civil, por exemplo, não precisa ter empregados que façam tudo, vai terceirizar as etapas da obra", disse.

Manifestação

Trabalhadores, no entanto, protestaram contra a medida durante todo o dia. Integrantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB) entraram em confronto com policiais durante manifestação em frente ao Congresso Nacional. Manifestantes, policiais e até mesmo deputados foram atendidos pelo Departamento Médico da Câmara. Foram sete atendimentos.

Os deputados Vicentinho (PT-SP) e Lincoln Portela (PR-MG) denunciaram agressões — o primeiro disse ter sido atingido por spray de pimenta lançado por policiais, enquanto o segundo denunciou agressões por parte de manifestantes.

O presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), disse que tudo será apurado. "Há imagens, e pedirei que a Corregedoria Parlamentar apure se houve quebra de decoro por parte de algum deputado e, se houve, vão ser aplicadas as sanções cabíveis", disse.

Relações trabalhistas

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (Anamatra), Carlos Eduardo Lima, também esteve na Câmara para criticar a proposta. A necessidade de especialização, segundo ele, não vai limitar as terceirizações. "Ela vai permitir que tenhamos, por exemplo, uma empresa especializada em serviços bancários, de forma que o banco não tenha mais nenhum empregado formalmente reconhecido como bancário", disse.

O procurador do Trabalho disse ainda que há estudos comprovando que a terceirização piora as relações trabalhistas. "Temos estatísticas do Dieese apontando que o terceirizado, mesmo com grau de instrução semelhante ao contratado, trabalha mais horas, ganha menos, se acidenta muito mais. E isso é ruim para a sociedade sob todos os aspectos", avaliou.

Partidos contrários

PT e PCdoB adiantaram o voto contrário antes mesmo do início da discussão da urgência. As maiores críticas dos partidos estão no fato de o projeto estender a terceirização para todas as áreas — hoje as subcontratações são limitadas às atividades-meio.

O líder do PT, deputado Sibá Machado (AC), disse que o partido não é contra a terceirização de serviços não relacionados ao objeto da empresa — como serviços de limpeza e de segurança — mas criticou a ampliação da terceirização. "O PT está preocupado com o ponto que estende a terceirização para qualquer trabalhador", disse.

Para a líder do PCdoB, deputada Jandira Feghali (RJ), o projeto desregulamenta o mundo do trabalho. "Modifica direitos de forma que o que está na lei vai para acordos coletivos. Além disso, é grave não permitir distinção entre atividade meio e fim. Quando temos atividade-fim terceirizada, e vemos isso no setor público, o descompromisso é absoluto", disse.

Para o deputado Alessandro Molon (PT-RJ), o projeto vai criar uma indústria de intermediários. "Cria intermediários que vão lucrar com a mão de obra de trabalhadores mais pobres. O único

jeito de as empresas gastarem menos com contratação é pagando menos salários, não há mágica”, disse.

Temer assume articulação política do governo após saída de Pepe Vargas

Pepe teve a saída confirmada em conversa com a presidente Dilma Rousseff na tarde desta terça-feira (7). No início da noite, o Palácio confirmou oficialmente as mudanças. Ao agregar as funções da SRI, Temer se torna o principal articulador do governo. Sem ministro, é possível que Dilma feche a SRI.

para recuperar terreno no Congresso Nacional. Assim, o vice-presidente Michel Temer (PMDB) vai incorporar as funções da Secretaria de Relações Institucionais (SRI) após a saída de Pepe Vargas (PT-RS). Como o ministro da Aviação Civil Eliseu Padilha (PMDB-RS) recusou o convite para assumir a pasta, responsável pela articulação do governo com o Congresso, o cargo ficará com o vice de Dilma.

Pepe teve a saída confirmada em conversa com a presidente Dilma Rousseff na tarde desta terça-feira (7). No início da noite, o Palácio confirmou oficialmente as mudanças. Ao agregar as funções da SRI, Temer se torna o principal articulador do governo. Sem ministro, é possível que Dilma feche a SRI.

No caso de Pepe Vargas, falta definir se ele deixará o governo ou se assumirá outra pasta na Esplanada. Caso saia do governo, ele voltará para Câmara, onde tem mandato de deputado federal.

O nome preferencial para SRI era o de Padilha, que recusou o convite. Pesou a disputa interna do PMDB por espaço na Esplanada e a posição contrária do presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Após o vazamento na imprensa sobre o convite, Pepe decidiu entregar o cargo. Dilma não conseguiu convencer Padilha a reconsiderar e a solução foi repassar a articulação para Temer.

Pepe soube pela imprensa, na segunda-feira (6), sobre a sondagem a Padilha. Irritado, o gaúcho tentou falar com Dilma, que só o recebeu na tarde desta terça. Na conversa, a presidente lamentou o vazamento do convite a Padilha e justificou que a troca não envolve a habilidade de Pepe, mas a necessidade de repassar o ministério ao PMDB.

A situação do gaúcho ficou fragilizada após a vitória de Eduardo Cunha como presidente da Câmara. Atendendo ordens do Planalto, Pepe mergulhou na campanha fracassada de Arlindo Chinaglia (PT-SP) e se inviabilizou com Cunha.

“A conta do Eduardo é nossa, não é sua”, disse Dilma para Pepe.

Como a presidente gosta do trabalho de Pepe, é possível que ele seja remanejado para outro ministério. *(Com RBS Brasília)*

FONTE: A REDAÇÃO

Pesquisa revela que 57% da população não se

prepara para aposentadoria

Jovens estão mais preocupados com assunto

–O brasileiro não é tão preocupado com o futuro quando o assunto é aposentadoria privada. Pelo menos é o que aponta um estudo realizado pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pelo portal Meu Bolso Feliz. De acordo com a pesquisa, a maioria dos consumidores (57%) não se prepara financeiramente para a aposentadoria.

No caso das pessoas menos escolarizadas (até ensino fundamental completo), o número aumenta para 62%. Entre os homens, 54% não se planejam para essa fase da vida e entre as mulheres, 59%. Um dado importante da pesquisa é a preocupação dos mais jovens (de 18 a 24 anos) com a aposentadoria: 59% dizem não se preparar para a velhice.

Segundo a economista-chefe do SPC Brasil, Marcela Kawauti, o número é preocupante. "As pessoas não pensam que no futuro terão uma grande redução na renda quando pararem de trabalhar. Os jovens pensam em aproveitar o momento e acabam não se preocupando com gastos com saúde e imprevistos." alerta. "Quanto mais velho, mais caros são os planos de saúde, maior a propensão a ter problemas sérios que necessitem de remédios caros e cirurgias. Além disso, o futuro pai ou mãe também terá gastos com seus filhos na faculdade ou cursos. Tudo isso deve ser pensado ainda quando jovem", explica a economista.

Entre os que admitem não se preparar para a aposentadoria, 17% afirmam que dependerão somente do INSS. Outros 15% dizem que gostariam de se preparar, mas não sabem por onde começar; 14% não pensam no assunto; e 10% garantem que gostariam, mas não sobra dinheiro para guardar ou pagar o INSS.

Confira dicas para se preparar para a aposentadoria:

- Prestar atenção no orçamento e dar importância à Previdência Oficial - INSS;
- Recolher o INSS mesmo quando resolver dar um tempo para estudar, lazer, etc. O não recolhimento vai prejudicar o futuro já que o imposto é acumulativo, ou seja, se a pessoa não recolher o INSS por dois anos quando jovem, terá que recolher dois anos depois quando já estiver mais velho;
- Se tiver dificuldades em guardar dinheiro, existe a opção da Previdência Privada. Mas cuidado: se os recursos guardados forem para a compra de um bem - como a casa própria, por exemplo - a tributação da Previdência não é favorável;
- Quanto maior a reserva, melhor, mas um início de poupança com 10% da renda líquida é um bom começo;
- Aproveitar a entrada de dinheiro extra para aumentar as reservas, como 13º, férias remuneradas, bônus, etc.

FONTE: JUSBRASIL

Centrais criticam governo por não ter negociado MP que dificulta acesso ao seguro-desemprego

Representantes de centrais sindicais criticaram o governo, nesta terça-feira (7), por não ter

negociado o texto da Medida Provisória 665/14 antes de enviá-la ao Congresso Nacional. A MP foi debatida em audiência pública da comissão mista de deputados e senadores que analisa o texto.

A MP alterou as regras do seguro-desemprego, ampliando o tempo de contribuição para o primeiro acesso (de seis para 18 meses), e do abono salarial. Ela foi editada no final do ano passado e faz parte do chamado ajuste fiscal, que inclui ainda as MPs 664/14 e 668/15 e o Projeto de Lei 863/15.

"Fomos pegos de surpresa. Ficamos sabendo das medidas adotadas pela imprensa", disse o secretário de Administração e Finanças da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Quintino Severo. Tanto ele como outros sindicalistas que participaram do debate lembraram que o governo havia se comprometido, no ano passado, a não mexer em nenhum direito trabalhista sem antes ouvir as centrais.

O presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah, disse que ficou "perplexo" por o governo "iniciar o processo de ajuste com a área mais vulnerável, que é a do trabalho". Segundo ele, as centrais estavam abertas ao diálogo e poderiam ter apresentado sugestões para melhorar o texto, evitando o desgaste político provocado pela edição da MP.

A falta de diálogo foi reconhecida até pelo relator da medida provisória, senador Paulo Rocha (PT-PA). "Foi um erro o governo não dialogar com os vários setores dos trabalhadores", afirmou Rocha.

'Fraudes mínimas'

Além da falta de diálogo, os representantes das centrais negaram que as fraudes sejam responsáveis pelo aumento dos gastos com o benefício, uma das alegações do Executivo para editar a MP.

O representante da CUT (Quintino Severo), que também preside o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), disse que as "fraudes são mínimas" diante dos números do sistema e que já vêm sendo combatidas com a adoção de medidas administrativas, como a adoção da identificação biométrica nos saques do benefício.

O presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), Antônio Fernandes dos Santos Neto, disse que o aumento da fiscalização é a forma mais efetiva para combater tanto as fraudes como a rotatividade no mercado de trabalho, principal razão para o crescimento recorrente das concessões do seguro-desemprego no País. A rotatividade acontece quando há substituição de um empregado por outro no mesmo posto de trabalho.

Segundo ele, o deficit de auditores do trabalho chega a mil em todo o País, número que foi corroborado pela presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Rosa Maria. "O Ministério do Trabalho encontra-se sucateado", disse Santos Neto.

Ele disse ainda que apenas 6,2% das empresas foram responsáveis, em 2013, por quase 64% das demissões de trabalhadores que procuraram o seguro-desemprego. Para ele, bastaria que a fiscalização acompanhasse esse universo para apurar eventuais irregularidades na concessão do benefício.

Agenda diferente

Durante a audiência pública, os sindicalistas defenderam uma agenda diferente do governo, que passa pela instituição de novos impostos, principalmente sobre grandes fortunas, pela redução

de gastos do próprio governo e pelo aumento da fiscalização.

O presidente da Força Sindical, Miguel Torres, propôs a criação de impostos sobre grandes fortunas, sobre lucros e dividendos, sobre a remessa de dividendos para o exterior e sobre aviões e embarcações de luxo.

Segundo ele, somente estas medidas poderiam gerar uma arrecadação de mais de R\$ 37 bilhões, valor superior aos R\$ 18 bilhões que o governo alega que vai economizar com as MPs 664 e 665. "O governo poderia arrecadar muito mais sem mexer em nenhum direito dos trabalhadores", disse Torres.

Os sindicalistas também alertaram para os setores que mais vão sofrer com as regras da MP 665, que seriam os jovens (a parcela de maior rotatividade do mercado de trabalho), comerciários, pescadores e agricultores rurais.

O representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Carlos Eduardo Silva, disse que a MP 665 exclui o acesso ao benefício de 70,2% dos trabalhadores rurais com carteira de trabalho. São pessoas contratadas por safra, com contratos inferiores há um ano.

De acordo com a norma, a partir de março, o trabalhador demitido deve comprovar 18 meses de carteira assinada – computados nos últimos dois anos – para receber o benefício. Antes eram exigidos seis meses ininterruptos. "Se antes havia uma dificuldade, agora certamente eles [agricultores] serão excluídos", disse Silva.

Aquecimento Global e as mudanças climáticas

O tema a ser tratado sobre o aquecimento global é de suma importância na atualidade, pois vem gerando uma série de discussões por cientistas em vários congressos internacionais a respeito de suas consequências.

O aquecimento global e as mudanças climáticas vem acontecendo devido ao aumento da temperatura média dos oceanos e do ar perto da superfície da terra, gerando o chamado efeito estufa, causadas pelas emissões de gases, provocadas por fenômenos naturais ou por ações dos seres humanos. Neste último caso, têm sido provocadas devido as emissões de gases como: Dióxido de Carbono (CO₂); Gás Metano (CH₄); Oxido Nitroso (NO₂); Perfluorcarbonetos entre outros. Além das constantes queimadas de matas e florestas que servem como reguladoras de temperatura; o desenvolvimento urbano sem planejamento, que vem diminuindo as áreas verdes das cidades, aumentando significativamente a poluição do ar e contribuindo para o efeito estufa.

Também é certo que há fenômenos naturais contribuindo para a mudança climática. Entre essas causas naturais aparecem eventos terrestres, como atividade vulcânica, a orogenia (formação das montanhas), as alterações nos oceanos e na atmosfera, e o deslocamento continental, que ajudam a elevar a temperatura média da Terra.

Esse aumento constante da temperatura devido os fenômenos naturais ou pelas ações humanas, vem gerando diversas mudanças climáticas em nosso planeta, como o derretimento de gelo das calotas polares; o aumento no nível de água dos oceanos, e o processo de desertificação que tem aumentado nas últimas décadas.

Uma solução que devemos tomar para impedir os efeitos do aquecimento global e das

mudanças climáticas, e fazendo com que esses efeitos diminuam seria: Economizar água; Reciclar Lixo; Fazer coleta e seletiva de Lixo; Minimizar a poluição nas grandes cidades; Colaborar com a reciclagem de lixo; Os automóveis devem ser regulados constantemente para evitar a queima de combustíveis de forma desregulada; Controle de emissão de gases poluentes nas indústrias; Ampliar a geração de energia através de fontes limpas e renováveis: hidrelétrica, eólica, solar, nuclear e maremotriz. Evitar ao máximo a geração de energia através de termelétricas, que usam combustíveis fósseis; Priorizar o uso de transporte coletivo e bicicletas, evitando se possível o uso de carros de passeio; Usar ao máximo a iluminação natural dentro dos ambientes domésticos; Não praticar desmatamento e queimadas em florestas e plantar mais árvores para ajudar a diminuir o aquecimento global.

FONTE: CONSULTOR JURIDICO

FGTS pode ser usado para quitar dívida de arrendamento residencial

A Caixa Econômica Federal e a Defensoria Pública da União assinaram um acordo que permite à população que tem contrato no âmbito do Programa de Arrendamento Residencial (PAR) utilizar valores do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para quitar ou amortizar dívidas. O Termo de Ajustamento de Conduta, assinado no dia 26 de março, tem validade em todo o território nacional.

O TAC resulta de Ação Civil Pública movida pela DPU em São Paulo. O processo, em trâmite desde janeiro de 2014, está agora solucionado pelo acordo que faz com que a Caixa possa transformar qualquer contrato de arrendamento em financiamento com garantia fiduciária, possibilitando a inclusão do FGTS.

No acordo, a Caixa irá fazer a incorporação ao saldo do contrato das taxas de arrendamento que ainda não foram pagas, além da renegociação das demais dívidas que podem existir, como do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), de condomínio, entre outras. Poderão ser incorporados quaisquer contratos, independente da faixa de atraso, desde que o credor não seja o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR).

A defensora federal Fabiana Galera Severo, autora da Ação Civil Pública e do termo, comentou a importância da medida: "Com o TAC, todos os arrendatários do PAR poderão se beneficiar com essa possibilidade de novação contratual e, além de poderem contar com o saldo do FGTS para aquisição da casa própria, não estarão mais sujeitos ao risco de reintegração de posse concedida liminarmente logo nos primeiros meses de atraso".

A defensora também lembrou que a prática já era regular em conciliações em São Paulo: "A transformação dos contratos do PAR em financiamentos com garantia fiduciária, permitindo a utilização do FGTS para amortização da dívida, já vinha acontecendo nos processos individuais de reintegração de posse que eram remetidos à Central de Conciliação da Justiça Federal em São Paulo, mas ainda era uma prática localizada e não abrangia necessariamente todos os

processos judiciais”.

O acordo foi assinado por Flavio Henrique da Silva e Paula, gerente nacional de Infraestrutura e Patrimônio de Terceiros da Caixa Econômica Federal, e por Fabiana Galera Severo, titular do 2º Ofício de Direitos Humanos, Tutela Coletiva e Migrações da DPU em São Paulo. *Com informações da Assessoria de Imprensa da DPU.*

FONTE: CAMARA DEPUTADOS

Deputado apresenta emendas para modificar projeto da terceirização

O deputado Paulo Pereira da Silva (SD-SP) disse, nesta terça-feira, que vai apresentar quatro emendas ao projeto que regulamenta a terceirização (PL 4330/04) e que está na pauta de votações do Plenário. Três das sugestões se referem a demandas das centrais sindicais. A primeira obriga a empresa a comunicar o sindicato sobre os setores que foram terceirizados, em um prazo de dez dias.

A outra garante que a empresa terceirizada continue na mesma categoria econômica, seguindo representada pelo mesmo sindicato. “Para reafirmar isso, também apresento uma emenda garantindo o artigo 511 da CLT [Consolidação das Leis do Trabalho]”, disse o deputado. Esse artigo assegura a associação em sindicato para a defesa de interesses econômicos ou profissionais de uma mesma categoria.

Uma outra sugestão de mudança pretende alterar a classificação de empresa subsidiária e solidária.

Reunião

Paulo Pereira da Silva participou, na manhã desta terça, de café da manhã com o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, e com o ministro da Fazenda, Joaquim Levy. O assunto do café da manhã foi o projeto da terceirização, que Eduardo Cunha prometeu colocar na pauta a partir desta terça.

Na reunião, o governo defendeu alguns pontos, como a exigência de que a empresa contratante do serviço terceirizado recolha FGTS e contribuição previdenciária dos trabalhadores.

À favor da votação

A votação imediata do PL 4330/04 foi defendida, na Câmara, pelo presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf. Ele criticou tentativas do governo de adiar a análise da matéria. “Um projeto desses é algo moderno e se discute há 11 anos. Chegar o dia da votação, e o governo inventar história, eu não estou entendendo”, disse.

Segundo Skaf, a regulamentação da terceirização vai trazer segurança jurídica para as empresas e segurança de emprego para os trabalhadores. “Todas as empresas prestadoras de

serviço obedecem à CLT. Os direitos todos são preservados. A única diferença é que terceirização é igual a especialização”, afirmou.

MPs do seguro-desemprego e da pensão por morte serão debatidas hoje

As comissões mistas que analisam mudanças na concessão de pensão por morte (MP **664/14**) e de seguro-desemprego (MP **665/14**) promovem duas audiências públicas hoje à tarde.

Entenda o que muda nos benefícios.

Os debates com especialistas e centrais sindicais começaram ontem (7) e vão culminar com uma audiência pública conjunta na quinta-feira (9) – para essa audiência foram convidados cinco ministros do Executivo.

Confira a programação:

*** Quarta-feira (8), às 14h30**

MP 664/14

Audiência no plenário 2 da ala Nilo Coelho, no Senado, com representantes das seguintes entidades:

- Central Única dos Trabalhadores (CUT);
- Força Sindical;
- Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB)
- Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB);
- Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST);
- União Geral dos Trabalhadores (UGT);
- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag);
- Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Aéreos, na Pesca e nos Portos;
- Confederação dos Pescadores e Aquicultores Artesanais (CNPA);
- Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip); e
- Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap).

MP 665/14

Audiência no plenário 6 da ala Nilo Coelho, no Senado, com os convidados:

- pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho, da Universidade de Campinas (Unicamp), Marcio Pochmann;
- professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (USP) Hélio Zylberstajn;
- professor do Instituto de Economia da UFRJ João Saboia;
- diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Clemente Ganz Lúcio; e

- um representante do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

*** Quinta-feira (9), às 9h30**

Audiência conjunta das duas comissões mistas, no plenário 6 da ala Nilo Coelho, no Senado.

Foram convidados:

- o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Nelson Barbosa;
- o ministro da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabbas;
- o ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias;
- o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Miguel Rossetto; e
- o ministro da Pesca e Aquicultura, Helder Barbalho.

FONTE: DIAP

Desempenho dos bancos em 2014

Fraco crescimento do crédito, corte de postos de trabalho e elevação dos ganhos de tesouraria são os destaques do ano passado nos maiores bancos do país. Os lucros são elevados em qualquer cenário econômico como mostra o Boletim produzido pela Rede Bancários que analisa os resultados de 2014.

[Fala o download do arquivo](#)

FONTE: BRASIL DE FATO

Terceirização, a “modernização” que esconde um retrocesso: entenda o que está em jogo

Todo trabalhador está sujeito à precarização do trabalho e a não ver respeitados seus direitos. O fato é que a terceirização potencializa essa tendência.

07/04/2015

O Congresso Nacional está prestes a iniciar a votação do Projeto de Lei 4330/04 que, se aprovado – na íntegra ou mesmo parcialmente – representará uma modificação estrutural das relações trabalhistas no país. Seus formuladores defendem o projeto porque ele regulamentaria a terceirização no Brasil, uma prática já largamente utilizada por empresas de todos os ramos e que teria por objetivo principal a busca de eficiência, agilidade e qualidade com aumento da oferta de empregos.

A proposta central é a de retirar qualquer barreira jurídica à contratação de “prestadores de serviços”, os quais poderiam exercer funções relativas a atividades “inerentes, acessórias ou complementares” à atividade econômica da contratante, ou seja, nas chamadas atividades-meio e atividades-fim, termos criados pela jurisprudência em vigor.

A justificativa do projeto é a de que, desse modo, seria possível promover “segurança jurídica” às empresas e garantias e proteção aos trabalhadores terceirizados. Uma forma, portanto, de “modernizar” as relações de trabalho no Brasil, por meio da regulamentação de uma prática de gestão que é fundamental para a produção econômica contemporânea.

Colocado nesses termos, parece ser um óbvio contrassenso se opor ao projeto. Quem seria contra eficiência, qualidade e mais empregos, a não ser possíveis (e poucos) interesses “corporativos” ameaçados pela “modernidade”? Ocorre que estamos diante de um problema muito maior, gravíssimo, que prepara um dos ataques mais fortes ao padrão de regulação do trabalho conquistado a duras penas no país.

O debate é difícil e inúmeras questões precisariam ser discutidas. Por ora, limito-me a comentar dois aspectos do debate que, embora estejam no centro das polêmicas, não estão suficientemente claros para a sociedade em geral – por vezes, por serem deliberadamente ocultados. Esse ocultamento contribui para não identificar o que está, verdadeiramente, em jogo.

Formato neoliberal

O primeiro aspecto refere-se ao lugar da terceirização nas práticas mais amplas de gestão das empresas na atualidade. Os defensores do PL 4330 têm razão em um aspecto: a terceirização é marca da produção contemporânea. Faltou dizer qual é a forma dessa “modernidade”. A terceirização é a estratégia mais afeita ao formato neoliberal de regulação do mercado de trabalho que produz, por onde quer que passe, condições mais precárias para a maior parte do conjunto dos assalariados. Segundo a ótica neoliberal, empresas e trabalhadores precisam de liberdade para firmar contratos sem restrições impostas pelo Estado. Ocorre que a relação de trabalho não é uma relação simétrica e o reconhecimento desse fato elementar construiu, em todo o mundo – de formas diferentes, é claro – barreiras e limites ao uso da força de trabalho pelas empresas.

Tudo o que consideramos conquistas civilizacionais dependem desse reconhecimento básico. Foi esse processo que tentou – nem sempre com sucesso, infelizmente – limitar a níveis decentes a jornada de trabalho, aumentar salários diretos e indiretos, promover redes de proteção em momentos de crise, enfim, fazer com que a classe trabalhadora fosse incluída, ainda que parcialmente, na repartição da riqueza produzida. Nessa dimensão do problema, a terceirização opera um dos maiores retrocessos civilizacionais possíveis: em princípio, concede às empresas uma série de benefícios, como a flexibilidade de manejar força de trabalho a um custo econômico e político reduzido.

O plano, porém, é mais ambicioso: internalizar nas mentes e corpos – e, é claro, positivar no direito – um novo valor e um novo discurso que eliminem o fundamento da regulação social anterior do capitalismo, isto é, que possam dissociar – ideológica, política e juridicamente – a empresa de seus trabalhadores; algo que possa quebrar, portanto, a noção de que há qualquer vínculo entre os lucros auferidos e os trabalhadores necessários à reprodução dessa riqueza. O aumento da desigualdade de renda nas últimas décadas nos EUA e Europa mostram qual é a marca da “modernidade” nas relações de trabalho após reformas neoliberais.

Fronteira entre terceirização e divisão do trabalho

E essa questão nos leva ao segundo aspecto, que diz respeito a uma característica inerente a qualquer estrutura produtiva com elevado grau de complexidade: não seria a terceirização apenas um prolongamento da inevitável divisão do trabalho no capitalismo?

Aqui está o xis da questão, a fonte de vários mal-entendidos, conscientes e inconscientes: as

fronteiras entre a terceirização e a divisão do trabalho podem até ter algum grau de porosidade, mas elas são, a rigor, processos com sentidos e funções muito diferentes. Parte significativa das conquistas trabalhistas foi obtida em meio ao desenvolvimento da grande indústria capitalista que, em seu modelo "taylorista-fordista", concentrava em um mesmo local de trabalho, e sob a mesma modalidade de contrato, conjuntos extensos de assalariados. Ocorre que o capitalismo de hoje, por questões técnicas e políticas, prescinde, em inúmeros casos, dessa junção física.

Isso significa que o termo terceirização é usado, de modo equivocado, para descrever um fenômeno muito diferente, ainda que ambos pareçam responder do mesmo modo à tendência de desverticalização da produção. Explico: houve e sempre haverá diversas relações comerciais entre empresas, em que uma fornece produtos ou serviços necessários, em maior ou menor grau, ao processo de outra empresa. Faz parte de um processo de ocultação do problema – mais uma vez, deliberado ou não – confundir essa divisão do trabalho com o que realmente é a terceirização: uma forma de contratação de trabalhadores por empresas interposta em que se não se externaliza a produção, mas a própria contratação de força de trabalho, com o objetivo de redução de custos econômicos e problemas políticos que provêm da luta sindical organizada.

Não é à toa que, na disputa atual, exista tanta dificuldade em lidar com o peso das centenas de pesquisas acadêmicas já realizadas, por diversas áreas do conhecimento, que estabelecem, no mínimo, relações de correlação e, muitas vezes, explícita causalidade entre o aumento da terceirização e a precarização do trabalho. Essas pesquisas mostram que, se a terceirização aparentemente divide e fragmenta o processo, podendo haver, eventualmente, segregação espacial de atividades, o fato é que a relação não se efetiva entre empresas "autônomas".

Pelo contrário, a essência do controle de fato do processo produtivo das atividades terceirizadas não muda, continua sendo da empresa contratante. Esse controle pode ser feito por diferentes métodos (até insidiosamente), mas invariavelmente inclui a detenção do know-how da atividade e a gestão da força de trabalho empregada. Com maior ou menor intencionalidade, as empresas buscam diminuir resistências da força de trabalho e as limitações exógenas ao processo de acumulação.

Portanto, quando esses aspectos são tratados em sua significação social mais ampla e histórica, percebe-se que o contrassenso está naqueles que formularam o projeto: se uma empresa terceiriza sua atividade-fim, como quer o projeto, por que razões ela deveria existir? O disparate está naqueles que não enxergam nesse propósito um explícito abandono dos pilares da Constituição de 1988.

A situação é ainda mais perversa, pois foram os próprios empresários que empurraram para o judiciário o termo "atividade-fim", no início dos anos 90, como forma de legitimar o discurso de que as empresas deveriam focar a atividade em que são especializadas. Ora, se agora eles defendem a terceirização irrestrita, resta alguma dúvida de que o discurso da eficiência é um engodo?

Todo trabalhador está sujeito à precarização do trabalho e a não ver respeitados seus direitos. O fato é que a terceirização potencializa essa tendência e, portanto, deve ser combatida e denunciada por todos que defendem a existências desses direitos.

*Professor do Departamento de Sociologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Unicamp (saviomc@unicamp.br)

FONTE: DCM

Os três pontos mais polêmicos do projeto que regulamenta a terceirização

Da bbc:

Criticado por centrais sindicais, mas apoiado por grande parte do empresariado nacional, o projeto de lei que regulamenta a terceirização dos contratos de trabalho chega à votação pela Câmara dos Deputados cercado de pontos polêmicos.

(...)

A BBC Brasil listou três pontos polêmicos do projeto de lei e ouviu opiniões (...) sobre ele.

1. Terceirização de toda e qualquer atividade

A possibilidade de que as empresas passem a terceirizar não só a atividade-meio (aquelas que não são inerentes ao objetivo principal da empresa, ou seja, serviços necessários, mas não essenciais), mas também a atividade-fim (aquela que caracteriza o objetivo principal da empresa) é um dos itens mais controversos do projeto de lei que regulamenta a prestação de serviços por terceiros.

No caso de um banco, por exemplo, a mudança permitiria que bancários – de operadores de caixa a gerentes, ou seja, aqueles que desempenham atividade-fim nessas instituições – passem a ser terceirizados. Atualmente, nessas empresas, apenas trabalhadores como seguranças ou faxineiros podem ter esse tipo de contrato, pois exercem atividade-meio, já que a atividade principal de um banco não é fazer segurança tampouco faxina.

Os críticos dizem, no entanto, que a flexibilização dos contratos “precariza as relações de trabalho”. Eles também argumentam que, ao serem empregados como terceirizados, os trabalhadores perdem os benefícios conquistados pela categoria, como, por exemplo, piso salarial maior, plano de saúde, vale-alimentação, participação nos lucros, entre outros.

“Esse projeto de lei precariza as condições de trabalho no país. Dizem que mais empregos serão gerados, mas com que padrão? Padrão chinês?”, critica o juiz Germano Silveira, vice-presidente da Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho), em referência às más condições de trabalho em fábricas na China.

“Os terceirizados ganham salários mais baixos, até metade do que ganha um contratado direto, e sofrem acidentes de trabalho com mais frequência, pois as empresas que prestam o serviço terceirizado economizam nos itens de segurança para cortar custos”, acrescenta. “Os deputados (a favor do projeto de lei) querem transformar essa diferença de salário em lucro para os empresários”.

Graça Costa, secretária das Relações de Trabalho da CUT (Central Única dos Trabalhadores)

concorda. Segundo ela, o projeto, se aprovado, vai provocar uma substituição em massa de trabalhadores contratados por terceirizados.

“Há hoje no Brasil quase 13 milhões de trabalhadores terceirizados, contra 35 milhões de trabalhadores contratados. Essa situação vai se inverter com a aprovação desse projeto de lei. O objetivo das empresas é unicamente reduzir custos. A relação de trabalho, que hoje é bilateral, ou seja, entre trabalhador e empregador, vai deixar de sê-lo, abrindo espaço para subcontratações a torto e direito. Será quebrada a coluna vertebral do direito do trabalho no Brasil”, avalia.

(...)

2. Responsabilidade das empresas contratantes sobre obrigações trabalhistas

Pela atual versão do PL 4.330/2004, a empresa contratante (tomadora de serviços) deve fiscalizar se a empresa terceirizadora (fornecedora de serviços) está fazendo os pagamentos trabalhistas e previdenciários e garantindo os benefícios legais, como férias remuneradas. Apenas se não comprovar ter feito a fiscalização, ela poderá ser punida no caso de haver alguma irregularidade. O projeto de lei determina que a empresa contratada comprove por meio de documentação mensal que está cumprindo com suas obrigações.

As centrais sindicais, no entanto, defendem que a responsabilidade do tomador de serviço não seja “subsidiária”, mas “solidária”. No linguajar jurídico, a chamada “responsabilidade subsidiária” significa que a empresa contratante (tomadora de serviços) somente pagará se o devedor principal deixar de pagar. Isso leva o trabalhador a demorar mais tempo para receber seu dinheiro, no caso de uma demissão sem justa causa, por exemplo – porque ele precisa esgotar primeiro todas as possibilidades para receber do devedor solidário, ou seja, da empresa contratada.

Como muitas vezes essas terceirizadoras têm capital social muito baixo, com poucos bens no nome da empresa ou dos sócios, o trabalhador acaba enfrentando um longo périplo na Justiça para reaver seus direitos, dizem os representantes dos sindicatos.

“Essa foi uma solução intermediária (para o impasse), mas é apenas uma fiscalização formal”, critica Silveira. Para Costa, da CUT, a proposta prejudica o trabalhador porque tira do Estado o poder de fiscalização”.

“Se a empresa terceirizada não cumprir com os direitos dos trabalhadores e a empresa contratante provar que se responsabilizou, o prejudicado será o trabalhador. Não faz sentido deixar na mão do empresário, que tem interesses financeiros nesse sistema, a tarefa de fiscalização, que deveria caber ao Estado”, argumenta.

(...)

3. Garantias dos direitos trabalhistas aos terceirizados

A garantia dos direitos trabalhistas aos terceirizados, especialmente como deve ficar a representação sindical, é outro ponto de atrito entre críticos e apoiadores do projeto de lei que regulamenta a terceirização da mão de obra.

O texto não assegura a filiação dos terceirizados no sindicato de atividade preponderante da empresa, o que, segundo as lideranças sindicais, fragiliza a organização dos trabalhadores terceirizados.

De acordo com os sindicatos, é comum que terceirizados que trabalhem em um mesmo local tenham diferentes patrões e sejam representados por setores distintos. Negociações com o patronato acabam, assim, prejudicadas, apontam.

“Flexibilizar as relações trabalhistas é um erro, sobretudo no momento de crise. Precisamos de um mercado de trabalho forte, uma massa de trabalhadores com bons salários e com boas condições para que eles possam ser consumidores. O governo vai deixar de arrecadar”, conclui Costa.

(...)

FONTE: AGÊNCIA BRASIL

Ministro do Trabalho diz que formalizações de emprego em 2015 serão modestas

O ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, disse que a meta do governo é formalizar, neste ano, 400 mil trabalhadores. Embora reconheça que o número é pouco expressivo, Dias ressaltou que se essa previsão se concretizar haverá acréscimo de arrecadação do fundo de R\$2,5 bilhões. “Nossa meta é incluir, no decorrer de 2015, um número até bastante modesto, já que nós presumivelmente, temos uns 15 milhões de trabalhadores informais no Brasil”, admitiu em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, nesta terça-feira (7).

O ministro ressaltou que o país teve vitórias em relação à geração de emprego nos últimos anos. “O Brasil, há 12 anos, apresentava um resultado de 60% de informalidade no emprego e 40% na formalidade. Hoje, nós temos mais precisamente 63% do emprego formalizado e 40% do trabalho informal. Isso representa um avanço excepcional porque incluem, nos benefícios sociais e nos benefícios trabalhistas, milhões de trabalhadores”, disse.

Ainda durante a audiência pública, Manoel Dias voltou a defender a medida provisória que trata da concessão do seguro-desemprego, abono salarial e seguro-defeso. “A proposta 665 não subtrai direitos aos trabalhadores, porque ela não retira nenhum direito consagrado na legislação. Ela procura criar adaptações no sentido de que a gente zele por esse Fundo a fim de que não possamos ter algumas dificuldades”, disse sobre a MP, editada em 30 de dezembro, alvo de uma polêmica entre parlamentares e Centrais Sindicais.

Aos senadores, o ministro disse ainda que na medida em que o governo abriu a discussão e que se reuniu com as centrais, constituiu uma mesa de negociação para buscar soluções que a maioria – tanto do Congresso Nacional, como dos trabalhadores e da população –, considere viáveis e melhores para atender a esse momento.

“Nós produzimos cartilhas, distribuimos para todos os senadores e deputados federais. Como as medidas implicarão, influenciarão, impactarão no que diz respeito aos trabalhadores brasileiros, à economia brasileira. Nós permanecemos, constantemente, à disposição. Cabe, evidentemente, aos senhores – porque é aqui a Casa do povo, é aqui a Casa que legisla – tomar as medidas mais corretas, mais justas, o que, certamente, farão no final deste debate”, enfatizou.

FONTE: MTE

Lançamento do Portal Mais Emprego

O ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, lança oficialmente nesta quarta-feira, às 10 horas, no auditório do MTE, em Brasília, o portal Mais Emprego. A ferramenta, que já passou por uma fase de testes, permite que o próprio trabalhador pesquise e se candidate às vagas de emprego existentes no Sistema Nacional de Emprego (Sine) sem precisar sair de casa ou depender de um intermediário. O cidadão pode enviar o seu currículo diretamente para o empregador e marcar sua entrevista. Além disso fica mais fácil identificar se as vagas de emprego estão mais distantes ou mais próximas da residência do trabalhador. O sistema foi desenvolvido em parceria com a Dataprev e também oferece outros serviços ao trabalhador e ao empregador. O Portal será apresentado pela área técnica e logo em seguida o ministro estará disponível para entrevistas.

Serviço

Assunto: Lançamento do Portal Mais Emprego

Data: 08/04/2015 (quarta-feira)

Horário: 10h

Local: Auditório do MTE – Ed. Sede - Esplanada dos Ministérios, Bloco “F”, Térreo

Assessoria de Imprensa/MTE

(61) 2031-6537 / 2430 – acs@mte.gov.br



